



Plano de Gestão

Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro

Presidente do TJPA

biênio 2021-2023

**Belém
2021**

Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro

Presidente

Desembargador Ronaldo Marques Valle

Vice-Presidente

Desembargadora Rosileide Maria da Costa Cunha

Corregedora Geral de Justiça

Desembargador Leonardo de Noronha Tavares

Diretor da Escola Judicial

Desembargador Milton Augusto de Brito Nobre

Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes

Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento

Desembargadora Vânia Valente do Couto Fortes Bitar Cunha

Desembargador Raimundo Holanda Reis

Desembargadora Vânia Lúcia Carvalho da Silveira

Desembargador Constantino Augusto Guerreiro

Desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos

Desembargador Ricardo Ferreira Nunes

Desembargadora Maria de Nazaré Saavedra Guimarães

Desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior

Desembargadora Diracy Nunes Alves

Desembargadora Gleide Pereira de Moura
Desembargador José Maria Teixeira do Rosário
Desembargadora Maria do Céu Maciel Coutinho
Desembargadora Maria Edwiges de Miranda Lobato
Desembargador Roberto Gonçalves de Moura
Desembargadora Maria Filomena de Almeida Buarque
Desembargadora Edinéa Oliveira Tavares
Desembargador Luiz Gonzaga da Costa Neto
Desembargador Mairton Marques Carneiro
Desembargadora Ezilda Pastana Mutran
Desembargadora Maria Elvina Gemaque Taveira
Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior
Desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias
Desembargadora Eva do Amaral Coelho

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
1 MACRODESAFIO: GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	8
1.1. IMPLEMENTAR AÇÕES QUE VISEM À REDUÇÃO DA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE.....	8
1.2. IMPLANTAR PAINEL DE MONITORAMENTO DE DEMANDAS DE SAÚDE RELACIONADAS AO COVID19.	8
1.3. IMPLEMENTAR AÇÕES VOLTADAS À EFETIVAÇÃO DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E ADOÇÃO.....	8
1.4. REALIZAR ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL ENTRE A JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE, ÁREA INFRACIONAL, E OS DEMAIS PARCEIROS DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS.....	8
1.5. EXPANDIR A ESTRUTURA NECESSÁRIA AO DEPOIMENTO ESPECIAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE QUANDO VÍTIMA OU TESTEMUNHA DE VIOLÊNCIA.	8
1.6. PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL E ACESSIBILIDADE.	8
2 MACRODESAFIO: FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE	8
2.1. INTENSIFICAR OS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE.....	9
2.2. APRIMORAR A COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA.....	9
2.3. FORTALECER A COMUNICAÇÃO INTERINSTITUCIONAL COM A DEFENSORIA PÚBLICA E O MINISTÉRIO PÚBLICO.	9
3 MACRODESAFIO: AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	9
3.1. AMPLIAR O PROCESSO DE DIGITALIZAÇÃO E VIRTUALIZAÇÃO.....	9
3.2. ESTIMULAR A ELEVAÇÃO DO PISO DAS EXECUÇÕES FISCAIS.	9
3.3. APRIMORAR A VIDEOAUDIÊNCIA.	9
3.4. IMPLANTAR JUÍZO 100% DIGITAL.....	9
3.5. AMPLIAR A INSTALAÇÃO DE UPJS NO 1º GRAU DE JURISDIÇÃO.	9
3.6. REORGANIZAR UNIDADES JUDICIÁRIAS.....	9
3.7. PADRONIZAR ROTINAS DE TRABALHO NAS UNIDADES JUDICIÁRIAS.	9
3.8. APRIMORAR OS GRUPOS DE TRABALHO DE APOIO ÀS UNIDADES JUDICIÁRIAS.	9
4 MACRODESAFIO: ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS	9
4.1. APRIMORAR A ATUAÇÃO NO JULGAMENTO DOS PROCESSOS DA META 4 DO CNJ.....	10
4.2. DIGITALIZAR E MIGRAR PARA O PJE OS PROCESSOS CÍVEIS E PENAS DA META 4 DO CNJ – 2021/2022, DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS DA CAPITAL, DA RMB E DO INTERIOR.....	10

5	MACRODESAFIO: PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS.....	10
	5.1. FOMENTAR MEIOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS NÃO JUDICIALIZADOS.....	10
	5.2. ESTIMULAR MEIOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS JUDICIALIZADOS.	10
6	MACRODESAFIO: CONSOLIDAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS.....	10
	6.1. APRIMORAR AS FERRAMENTAS INFORMATIZADAS DE GESTÃO DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS.	10
	6.2. APRIMORAR O CONTROLE, A DIVULGAÇÃO, A ORIENTAÇÃO E A FOMENTAÇÃO DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS.	10
	6.3. FOMENTAR A UTILIZAÇÃO DO IRDR.....	10
7	MACRODESAFIO: PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE	10
	7.1. IMPLEMENTAR AÇÕES PARA MELHORIA DO ÍNDICE DE DESEMPENHO DE SUSTENTABILIDADE- IDS. .	11
	7.2. IMPLANTAR POLÍTICA E PLANO DE SUSTENTABILIDADE.	11
	7.3. IMPLANTAR PROGRAMA DE CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL.	11
8	MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL.....	11
	8.1. EXPANDIR AÇÕES DE PROTEÇÃO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR.....	12
	8.2. PROMOVER O FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE JUSTIÇA RESTAURATIVA.	12
	8.3. IMPLEMENTAR AÇÕES DE RESSOCIALIZAÇÃO DE APENADOS E EGRESSOS.	12
	8.4. CRIAR PAINEL DE GESTÃO COM AS INFORMAÇÕES DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ.	12
	8.5. DIGITALIZAR E MIGRAR PARA O PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO 100% DO ACERVO DE PROCESSOS CRIMINAIS.	12
	8.6. APRIMORAR A VIDEOAUDIÊNCIA.	12
	8.7. IMPLANTAR PLANO DE TRABALHO PARA DEPURAÇÃO DE INCONSISTÊNCIAS DO BNMP 2.0.	12
	8.8. REORGANIZAR COMITÊ DE GESTÃO DE ALTERNATIVAS PENAIS NO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ.	12
	8.9. IMPLANTAR CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS UNIFICADA.....	12
	8.10. CRIAR PLATAFORMA DE INTEGRAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DOS DIVERSOS SISTEMAS DA JUSTIÇA CRIMINAL (LIBRA, PJE, SEEU, BNMP 2.0, SISTAC, INSPEÇÃO).	12
9	MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA	12
	9.1. DESENVOLVER POLÍTICA DE GOVERNANÇA INSTITUCIONAL NO TJPA.	13
	9.2. MONITORAR O CUMPRIMENTO DAS AÇÕES E SEU REFLEXO NO JUSTIÇA EM NÚMEROS.	13

9.3.	IMPLANTAR ÍNDICE DE PRIORIDADE DE OBRAS- IPO.	13
9.4.	APRIMORAR PROCEDIMENTOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL.	13
10	MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS	13
10.1.	AUTOMATIZAR O PROCESSO ADMISSIONAL DE MAGISTRADOS, SERVIDORES E ESTAGIÁRIOS.....	13
10.2.	IMPLANTAR O MODELO DE GESTÃO POR COMPETÊNCIA.....	13
10.3.	APRIMORAR A LOTAÇÃO PARADIGMA COM FOCO NAS UNIDADES DE PROCESSAMENTO JUDICIAL-UPJS E NAS EQUIPES MULTIDISCIPLINARES.	13
10.4.	APRIMORAR O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO.	13
10.5.	IMPLANTAR PROCESSO DE DESLIGAMENTO DE PESSOAL.....	13
10.6.	FOMENTAR MELHORIA DA QUALIDADE DA SAÚDE DE MAGISTRADOS E SERVIDORES.....	13
10.7.	IMPLANTAR POLÍTICA DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE PESSOAS.	13
11	MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA... ..	13
11.1.	IMPLEMENTAR SISTEMA DE GESTÃO DE CUSTOS.	14
11.2.	APRIMORAR A GESTÃO DA ARRECADAÇÃO.....	14
12	MACRODESAFIO: FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E PROTEÇÃO DE DADOS.....	14
12.1.	AMPLIAR E MODERNIZAR A INFRAESTRUTURA DE TIC.	14
12.2.	ESTABELECEER PROTOCOLOS DE SEGURANÇA.	14
12.3.	AMPLIAR A INFRAESTRUTURA DE TELECOMUNICAÇÕES.	14
12.4.	APRIMORAR NOVA ESTRUTURA DE ADMINISTRAÇÃO DE DADOS.	14
12.5.	DESENVOLVER POLÍTICAS DE GOVERNANÇA.	14
12.6.	MODERNIZAR OS SISTEMAS COMPUTACIONAIS.....	14
12.7.	APERFEIÇOAR NOVAS FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO VISUAL.	14

APRESENTAÇÃO

O Plano de Gestão – biênio 2021-2023 foi construído em observância ao novo ciclo de Planejamento Estratégico 2021-2026, segundo as novas bases nacionais editadas na Resolução CNJ nº 325, de 29 de junho de 2020.

As ações do Plano de Gestão 2021-2023 foram alinhadas aos macrodesafios, consideradas as perspectivas, assim distribuídos:

- **Perspectiva- Sociedade**

Macrodesafio – Garantia dos Direitos Fundamentais;

Macrodesafio- Fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade;

- **Perspectiva- Processos Internos**

Macrodesafio – Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional;

Macrodesafio – Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais;

Macrodesafio – Prevenção de Litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos;

Macrodesafio – Consolidação dos sistemas de precedentes obrigatórios;

Macrodesafio – Promoção da sustentabilidade;

Macrodesafio – Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal;

Macrodesafio- Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária;

- **Perspectiva- Aprendizado e Crescimento**

Macrodesafio – Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas;

Macrodesafio – Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira;

Macrodesafio – Fortalecimento da Estratégia Nacional Nacional de TIC e de Proteção de Dados.

É importante registrar que o Plano de Gestão foi elaborado tendo em consideração as contribuições de magistrados e Diretores de Secretaria nas Visitas Institucionais da Presidência realizadas durante o biênio 2019-2021 em Belém, em Santarém e Marabá; Pesquisas de Clima Organizacional para Magistrados e Servidores - PCO/2020, Pesquisa de Satisfação dos Usuários – PSU/2020 e Consulta Pública sobre o Planejamento Estratégico.

A construção do plano foi fundada nas diretrizes de gestão compartilhada, com o propósito maior de realizar a justiça por meio da efetiva prestação jurisdicional no Estado do Pará.

1 MACRODESAFIO: GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Coordenador: Homero Lamarão Neto, Juiz de Direito

Ações:

- 1.1. Implementar ações que visem à redução da judicialização da saúde.
- 1.2. Implantar painel de monitoramento de demandas de saúde relacionadas ao covid19.
- 1.3. Implementar ações voltadas à efetivação do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional e adoção.
- 1.4. Realizar articulação interinstitucional entre a Justiça da Infância e Juventude, área infracional, e os demais parceiros do Sistema de Garantia de Direitos
- 1.5. Expandir a estrutura necessária ao depoimento especial da criança e do adolescente quando vítima ou testemunha de violência.
- 1.6. Promover a inclusão social e acessibilidade.

2 MACRODESAFIO: FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE

Coordenador: Daniel Ribeiro Dacier Lobato, Juiz de Direito

Ações:

- 2.1. Intensificar os canais de comunicação com a sociedade.
- 2.2. Aprimorar a comunicação interna e externa.
- 2.3. Fortalecer a comunicação interinstitucional com a Defensoria Pública e o Ministério Público.

3 MACRODESAFIO: AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Coordenador: Leonardo de Farias Duarte, Juiz de Direito

Ações:

- 3.1. Ampliar o processo de digitalização e virtualização.
- 3.2. Estimular a elevação do piso das execuções fiscais.
- 3.3. Aprimorar a videoaudiência.
- 3.4. Implantar juízo 100% digital.
- 3.5. Ampliar a instalação de UPJs no 1º grau de jurisdição.
- 3.6. Reorganizar unidades judiciárias.
- 3.7. Padronizar rotinas de trabalho nas unidades judiciárias.
- 3.8. Aprimorar os grupos de trabalho de apoio às unidades judiciárias.

4 MACRODESAFIO: ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS.

Coordenador: Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior

Ações:

4.1. Aprimorar a atuação no julgamento dos processos da Meta 4 do CNJ.

4.2. Digitalizar e migrar para o PJE os processos cíveis e penais da Meta 4 do CNJ – 2021/2022, das unidades judiciárias da capital, da RMB e do interior.

5 MACRODESAFIO: PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS

Coordenadora: Antonieta Maria Ferrari Mileo, Juíza de Direito

Ações:

5.1. Fomentar meios consensuais de soluções de conflitos não judicializados.

5.2. Estimular meios consensuais de soluções de conflitos judicializados.

6 MACRODESAFIO: CONSOLIDAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS

Coordenador: César Augusto Puty Paiva Rodrigues, Juiz de Direito

Ações:

6.1. Aprimorar as ferramentas informatizadas de gestão de precedentes obrigatórios.

6.2. Aprimorar o controle, a divulgação, a orientação e a fomentação de precedentes obrigatórios.

6.3. Fomentar a utilização do IRDR.

7 MACRODESAFIO: PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

Coordenadora: Débora Moraes Gomes, Secretária de Administração

Ações:

7.1. Implementar ações para melhoria do Índice de Desempenho de Sustentabilidade- IDS.

7.2. Implantar Política e Plano de Sustentabilidade.

7.3. Implantar Programa de Contratação Sustentável.

8 MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL

Coordenadora: Maria de Fátima Alves da Silva, Juíza de Direito

Ações:

- 8.1. Expandir ações de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.
- 8.2. Promover o fortalecimento das ações de Justiça Restaurativa.
- 8.3. Implementar ações de ressocialização de apenados e egressos.
- 8.4. Criar painel de gestão com as informações das pessoas privadas de liberdade do Poder Judiciário do Estado do Pará.
- 8.5. Digitalizar e migrar para o processo judicial eletrônico 100% do acervo de processos criminais.
- 8.6. Aprimorar a videoaudiência.
- 8.7. Implantar plano de trabalho para depuração de inconsistências do BNMP 2.0.
- 8.8. Reorganizar Comitê de Gestão de Alternativas Penais no Poder Judiciário do Estado do Pará.
- 8.9. Implantar Certidão de Antecedentes Criminais Unificada.
- 8.10. Criar Plataforma de integração para utilização dos diversos sistemas da Justiça Criminal (LIBRA, PJE, SEEU, BNMP 2.0, SISTAC, INSPEÇÃO).

9 MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

Coordenador: Jonelson Magno Dias, Diretor de Planejamento, Gestão e Estatística

Ação:

- 9.1. Desenvolver política de Governança Institucional no TJPA.
- 9.2. Monitorar o cumprimento das ações e seu reflexo no Justiça em Números.
- 9.3. Implantar Índice de Prioridade de Obras- IPO.
- 9.4. Aprimorar procedimentos de manutenção predial.

10 MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS

Coordenadora: Maria de Lourdes Carneiro Lobato, Secretária de Gestão de Pessoas

Ações:

- 10.1. Automatizar o processo admissional de magistrados, servidores e estagiários.
- 10.2. Implantar o modelo de Gestão por Competência.
- 10.3. Aprimorar a lotação paradigma com foco nas Unidades de Processamento Judicial- UPJs e nas equipes multidisciplinares.
- 10.4. Aprimorar o sistema de avaliação de desempenho.
- 10.5. Implantar processo de desligamento de pessoal.
- 10.6. Fomentar melhoria da qualidade da saúde de magistrados e servidores.
- 10.7. Implantar política de governança e gestão de pessoas.

11 MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Coordenador: Miguel Lucivaldo Alves Santos, Secretário de Planejamento, Orçamento e Finanças

Ações:

11.1. Implementar Sistema de Gestão de Custos.

11.2. Aprimorar a gestão da arrecadação.

12 MACRODESAFIO: FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E PROTEÇÃO DE DADOS.

Coordenador: Diego Baptista Leitão, Secretário de Informática

12.1. Ampliar e modernizar a infraestrutura de TIC.

12.2. Estabelecer protocolos de segurança.

12.3. Ampliar a infraestrutura de telecomunicações.

12.4. Aprimorar nova estrutura de administração de dados.

12.5. Desenvolver políticas de governança.

12.6. Modernizar os sistemas computacionais.

12.7. Aperfeiçoar novas ferramentas de comunicação visual.